- XXIX -

UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO SEGUNDO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lucilene Amarante (UEM)
lucileneamarante@hotmail.com

Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)
gesimf@gmail.com

Gislaine Aparecida Valadares de Godoy (DPD/UEM)
gi.valadares@hotmail.com

Raquel Alessandra de Deus da Silva (UEM)
raquel.rads.silva@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter obrigatório que direcionará a (re)construção dos currículos das redes e sistemas de ensino da Educação Básica brasileiros, públicos ou privados. Ela é justificada pelo Ministério da Educação (MEC) como um instrumento para a promoção da igualdade educacional e da qualidade²² na educação básica.

A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental, homologada pela Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017 irá direcionar os materiais didáticos, a formação

²² O termo ‘qualidade’, empregado pelos documentos e normativas que orientam e regulam a educação básica brasileira, está respaldado em recomendações internacionais que propalam, desde a década de 1990, a necessidade de reformas educacionais carregadas de ideais neoliberais. Assim, tais recomendações partem da compreensão da qualidade da educação como algo capaz de contribuir na modernização da economia dos países periféricos sob a lógica capitalista, e não como algo necessário à produção de uma sociedade capaz de promover a emancipação humana (SHIROMA; BRITO NETO, 2015).

docente e a avaliação da educação básica (BRASIL, 2017a; 2018b). Nesse sentido, para o ano de 2019, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) já foi alinhado à BNCC, o que implicará na aplicação de avaliações para os alunos do 2º ano e não mais para os alunos do 3º ano do ensino fundamental.

Dessa forma, esse texto tem por finalidade apresentar algumas considerações sobre o alinhamento do SAEB à BNCC no tocante à avaliação da alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 2º ano do ensino fundamental. Trata-se dos resultados iniciais de um estudo exploratório que ainda está em andamento. A metodologia adotada foi de análise documental da Base Nacional Comum Curricular (2017) e do Documento de Referência do SAEB (2018).

A BNCC E A AVALIAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO VIA SAEB

A BNCC determina as aprendizagens essenciais para os alunos, o que implicará em uma reorganização e revisão das propostas curriculares municipais, do projeto político pedagógico e, conseqüentemente, do trabalho pedagógico do professor em sala de aula (BRASIL, 2017b). Esse processo em andamento no país representa os encaminhamentos de uma reforma política curricular da educação básica e, conseqüentemente, dos cursos de licenciaturas e da formação continuada de professores.

No ano de 2018, em conformidade com a BNCC, o MEC lançou o Documento de Referência do SAEB que determina a aplicação de provas de Língua Portuguesa e de Matemática para os alunos do 2º ano do ensino fundamental a qual ocorrerá em 2019. Em Língua Portuguesa, os alunos deverão demonstrar domínio do princípio alfabético, da leitura e de escrita de palavras com diferentes padrões silábicos e produzirem textos com autonomia. As questões serão apresentadas com respostas objetivas e com respostas construídas (BRASIL, 2018a). Em Matemática, o SAEB avaliará os eixos de Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística, tendo como foco o letramento matemático, ou seja, os alunos precisam perceber a matemática no contexto diário para resoluções de problemas.

A BNCC justificou-se por um discurso persistente de grupos nacionais (educadores, políticos e empresários) de que somente a efetivação dessa Base poderia solucionar a baixa qualidade da educação brasileira. Qualidade baseada no baixo escore brasileiro nas avaliações em larga escala nacional (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB) e internacional (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA).

Para Gontijo (2015) a BNCC é um instrumento com parâmetros para a realização de avaliações de larga escala, cujo alinhamento exclusivo a esse tipo de avaliação, a fim de elevar os índices nacionais, é nocivo à educação escolar. Isso porque poderá fazer com que a escola promova o rebaixamento do que é ensinado e aprendido e deixe de ser um espaço de interação, mediação, construção de conhecimentos e de produção cultural (GONTIJO, 2015).

Há que se considerar que uma avaliação externa não mede totalmente o desempenho do aluno, tampouco sanará os problemas relativos à alfabetização, haja vista que muitas são as condicionantes que levam ao insucesso nessa etapa da escolarização. Além disso, Vicente, Ramos e Moreira (2015, p. 223) ressaltam que “Há necessidade de se investir mais em educação, pois na atualidade verificamos a ausência de recursos para a formação escolar de qualidade dos brasileiros”. Para esses pesquisadores da área, a qualidade da educação requer investimento financeiro adequado, condições de trabalho favoráveis, infraestrutura, formação e valorização profissional e salarial, currículo integrado e contextualizado (VICENTE; RAMOS; MOREIRA, 2015; VEIGA; SILVA, 2018). Por isso, os resultados dos testes do SAEB nem sempre repercutem em melhorias para a educação e acabam por produzir um ranqueamento das escolas, além de engessarem o próprio processo de ensino, no qual visa-se a padronização curricular a partir dos bons resultados nos testes.

Assim, vislumbra-se acreditar na real função das avaliações em larga escala como proposto no próprio Documento de Referência – SAEB (BRASIL, 2018a) ao afirmar que a ação de avaliar serve

[...] para a produção de informações sobre a qualidade da Educação Básica, de modo a, conjuntamente a outros dados, subsidiar as instâncias governamentais na avaliação, na redefinição e no estabelecimento de programas e políticas públicas em educação, assim como propiciar à sociedade acesso à informação (BRASIL, 2018a, p. 6).

Para que o SAEB cumpra essa função, especificamente no que tange à alfabetização é necessário a compreensão de que a avaliação em larga escala deve servir de diagnóstico e parâmetro na elaboração e implementação de políticas públicas que melhorem a alfabetização e toda a educação escolar nacional e não para orientar ações pedagógicas em função do SAEB. E, a partir dessa compreensão, direcionar a luta por condições físicas e humanas adequadas à viabilização de uma educação de qualidade e emancipadora, e não como um mecanismo ou ferramenta para a modernização da economia, como tem sido vista pelos

documentos elaborados pelas Organizações Multilaterais ‘dedicadas’ a orientar a elaboração de políticas públicas educacionais para os países periféricos.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considera-se que os resultados desse atual processo de reforma política curricular mediante uma avaliação em larga escala, alinhados à competências e habilidades previstas na BNCC, devem ser analisados como um processo para mudanças significativas na busca de indicadores e de uma ação alfabetizadora que vise a educação de qualidade, pensando qualidade como algo capaz de formar para a autonomia e para emancipação humana.

Dessa forma, com a análise realizada a partir dessa investigação, acredita-se que somente será possível um processo de alfabetização de qualidade com políticas públicas que, de fato, atendam a todos sem distinção. Uma alfabetização adequada é pré-requisito para que a educação cumpra com sua função social de propiciar a todos os conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, capaz de promover a apreensão e a compreensão da totalidade da realidade social e de desenvolver a capacidade de intervir conscientemente nessa realidade. Eis o desafio quando se trata de avaliar os futuros encaminhamentos acerca do alinhamento entre a BNCC e o SAEB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, Diário oficial da União. 2017a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018**. Brasília, Diário oficial da União. 2018b

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Brasília, DF, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – Documentos de Referência**. Brasília, DF, 2018a.

GONTIJO, C. M. M. O ensino de língua portuguesa e a base nacional comum curricular. **Revista Brasileira de Alfabetização – ABAIf**, Vitória, v.1, n.2, p. 174-190, 2015.

SHIROMA, E.O.; BRITO NETO, A. C. Em nome da qualidade: construindo estândares para o gerenciamento de professores. **Movimento** -Revista de Educação. Niterói, RJ, ano 2, n.2, p. 1-25, 2015.

VEIGA, I. P. A.; SILVA, E. F. DA. **Ensino Fundamental**: da LDB a BNCC. Campinas, SP: Papirus, 2018.

VICENTE, V. R. R. de; RAMOS, C. V.; MOREIRA, J. A. da S.O financiamento da Educação Básica no Brasil: em discussão a vinculação de recursos. **Revista Tempos e espaços em educação**, Sergipe, v.8, n.16, p. 219-234, maio/agosto, 2015.